

A Lei da Anistia e os militantes da esquerda armada num presídio da ditadura civil-militar

The Amnesty Law and the militants of the armed left in a prison of the civil-military dictatorship

Aírton de Farias*

Resumo: O Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no Ceará, foi usado como prisão política durante a ditadura civil-militar (1964-85). O artigo aborda como a campanha da Anistia, na segunda metade da década de 70, e a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, foram vistas e recebidas pelos ativistas da esquerda armada encarcerados no IPPS. A campanha da Anistia mobilizou amplos setores da sociedade brasileira. Houve, porém, forte oposição à proposta do projeto que os militares defendiam e que acabou aprovada pelo Congresso Nacional. Temendo futuras punições, o projeto anistiou também os militares e civis responsáveis por torturas e mortes durante a ditadura. A Lei da Anistia, por outro lado, deixou de fora os ativistas de esquerda encarcerados e condenados por “crimes de sangue”. Daí a intensa mobilização dos militantes denunciando a ditadura e o projeto. A defesa de uma redemocratização do País provocou resistências por parte de alguns dos ativistas presos, visto que a luta armada dos agrupamentos revolucionários dos anos 1960 visava à conquista do Estado e à implantação de um governo popular/socialista. Os encarcerados, porém, mudaram as concepções, fundamentando uma reconstrução de memória em que a luta armada passou a ser vista como parte da resistência democrática.

Palavras-chaves: ditadura, luta armada, lei da Anistia.

Abstract: The Paulo Sarasate Penal Institute (IPPS) in Ceará was used as a political prison during the civil-military dictatorship (1964-85). The article discusses how the Amnesty campaign in the second half of the 1970s and the passage of the Amnesty Law in 1979 were seen and received by the armed left-wing activists imprisoned in the IPPS. The Amnesty campaign mobilized broad sectors of Brazilian society. There was,

* José Aírton de Farias é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

however, strong opposition to the proposal of the Amnesty project that the military defended and approved by the National Congress. Fearing future punishments, the project also amnestied the military and civilians responsible for torture and deaths during the dictatorship. The Amnesty Law, on the other hand, left out left activists imprisoned for "blood crimes." Hence the intense mobilization of the militants denouncing the dictatorship and the project. The defense of a redemocratization of the country provoked resistance by some of the arrested activists since the armed struggle of the revolutionary groupings of the 1960s aimed at the conquest of the state and the implantation of a popular / socialist government. Those incarcerated, however, changed the conceptions, grounding a reconstruction of memory that the armed struggle was part of the democratic resistance.

Keywords: dictatorship, armed struggle, Amnesty law.

Um presídio da ditadura

A 15 de agosto de 2013, a Secretaria de Justiça do Ceará concluiu o processo de desativação do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), com a transferência dos últimos 290 internos para outras unidades prisionais situadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Conforme a imprensa, a desativação deu-se pela precariedade da estrutura física do IPPS e a violação constante de direitos humanos que ali acontecia¹. Celas semidestruídas e a superlotação eram problemas, afora as fugas e revoltas dos internos, como a ocorrida em 1994, quando foi feito refém o então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider².

O Instituto Penal Paulo Sarasate foi inaugurado oficialmente a 12 de setembro de 1970, inconcluso, no final do governo cearense de Plácido Aderaldo Castelo (1966-70). Está situado às margens da BR-116, próximo à cidade de Itaitinga, no atual

¹ Presídio mais antigo do Estado será desativado. Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/policia/presidio-mais-antigo-do-estado-sera-desativado/> Consultado a 6/8/2016.

² Dom Aloísio Lorscheider tornou-se em 1973 arcebispo de Fortaleza, exercendo a função até 1995. Ligado à ala a esquerda da Igreja, seria presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) por dois mandatos consecutivos (de 1971 a 1978). Em 1994, quando inspecionava as condições do Instituto Penal Paulo Sarasate, foi feito refém com outras 12 pessoas pelos detentos. Os presos exigiram e conseguiram sair do presídio num carro forte com os reféns. O grupo foi libertado após 18 horas, quando o carro de fuga sofreu um acidente. Nenhum dos reféns ficou ferido. O cardeal morreu aos 83 anos, em 2007. Sequestro de dom Aloísio completa 20 anos <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/15/noticiasjornalcotidiano,3220632/sequestro-de-dom-aloisio-completa-20-anos.shtml> Consultado a 6/8/2016. Conheça a biografia de dom Aloísio Lorscheider <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL214710-5605,00.html>. Consultado a 10/9/2016.

município de mesmo nome, que à época da inauguração do presídio era um distrito do município de Aquiraz. Até a inauguração do IPPS, o principal presídio de Fortaleza era a chamada Cadeia Pública do Ceará, construída ainda na época do Império, em 1866, e situada no centro da capital (MARIZ, 2004). A precariedade dessa Cadeia, sua superlotação e a localização, dificultando reformas e ampliações, levaram o governo cearense a construir o IPPS, situado longe do perímetro urbano de Fortaleza. A partir do início de 1971, os presos da Cadeia Pública começaram a ser transferidos para o Paulo Sarasate, embora o presídio ainda não estivesse com suas construções concluídas. O processo de transferência se encerrou em 1973 (NERES, 2015).

Um ano antes da desativação do IPPS, em 2012, acontecera no presídio uma cerimônia na qual foi descerrada uma placa simbolizando um pedido formal de desculpas do governo do Ceará aos ex-presos políticos mantidos no presídio na década de 1970. A inauguração da placa deixava transparecer um fato pouco conhecido dos cearenses, o de que o IPPS também fora um presídio político, local onde estiveram encarcerados os inimigos da ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964-85. Ali, tais militantes, vistos como “terroristas”, mantidos à parte dos demais presos e sob a vigilância de funcionários e agentes da ditadura, tiveram de enfrentar novos desafios, buscando melhores condições de vida ou de sobrevivência dentro dos cárceres. Nesse processo, redefiniram-se na condição de indivíduos e sujeitos políticos.

Não se sabe com exatidão o número de pessoas encarceradas por razões políticas no IPPS durante a década de 1970. Os arquivos do presídio foram destruídos nos anos 1990 quando de revoltas dos presos comuns e boa parte da documentação da burocracia da ditadura civil-militar não está disponível aos pesquisadores no Ceará. Em um levantamento parcial, coletando nomes junto aos entrevistados, olhando fotos, jornais³, alguns documentos disponíveis na Associação de anistiados cearenses (Associação 64/68), os termos de requisição de indenização dos militantes junto à comissão estadual Wanda Sidou e o livro de Papito de Oliveira (2009) sobre os trabalhos daquela comissão, encontramos o nome de 63 pessoas mantidas presas no Paulo Sarasate em virtude de alguma militância política. Desse número, 44 eram de integrantes de organizações armadas. Compete enfatizar que esse não é um dado definitivo, pela limitação dos documentos aos quais tivemos acesso. Possivelmente, o número seja um pouco maior.

³ O Povo, Correio do Ceará, Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo e Mutirão.

A quantidade de presos políticos presentes no Paulo Sarasate variou. Pelos depoimentos de entrevistados, nos primeiros anos da década de 1970, a quantidade de militantes, incluindo os não adeptos da luta armada, era de “cerca de 20 a 30 presos”⁴. Esse número foi diminuindo ao longo do decênio, pois muitos dos ativistas passavam apenas meses na espera do julgamento e eram absolvidos ou obtinham a liberdade condicional, enquanto outros, condenados, cumpriam as penas e deixavam o presídio.

Na segunda metade da década de 1970, com a distensão do regime, a quantidade de presos políticos foi sendo reduzida ainda mais, sobremaneira, com a mudança da Lei de Segurança Nacional, em 1978, e a Lei da Anistia, de 1979. O jornal Diário de Pernambuco, de 22 de dezembro de 1977, cita 15 presos políticos no IPPS. O mesmo periódico, na edição de 3 de maio de 1978, fala em 10 internos. Já a edição de 14 de julho de 1979, refere-se a cinco presos políticos. Em 1980, havia apenas um militante encarcerado, transferido do IPPS para o quartel do Corpo de Bombeiros, nas proximidades do centro de Fortaleza: era José Sales de Oliveira, o último preso político a ser libertado no Brasil⁵.

A campanha da Anistia

Os últimos anos dos ativistas de esquerda no IPPS seriam marcados diretamente pelo processo de abertura política da ditadura (SILVA, 2003). Um dos grandes marcos da *debacle* da ditadura foi a Campanha da Anistia.

Como afirma Carlos Fico (2016, p. 96), não se deve confundir a Lei da Anistia, aprovada em 1979, com a campanha da Anistia. Esta começou bem antes, na metade da década, com a mobilização inicial, sobretudo, de esposas e mães dos presos políticos. No ano de 1975, foi criado o Movimento Feminista pela Anistia (MFPA), em São Paulo, com a montagem, a seguir, de núcleos em diversas cidades do País. Para concretizar sua causa, o MFPA passou a buscar apoio de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de setores da Igreja Católica, do movimento estudantil, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), etc. A partir de 1977, com manifestações estudantis em várias cidades do País, a mobilização pela Anistia ganhou corpo, com a formação de vários comitês regionais. No exterior, exilados brasileiros organizaram entidades e promovera ações em prol da Anistia, com a denúncia da violação de

⁴ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

⁵ Libertado no Ceará o último preso político. Folha de São Paulo, 09/09/1980.

direitos humanos pelo governo brasileiro e em defesa da democracia (RODEGHERO, 2014). Em 1978, foi criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), havendo núcleos em várias outras cidades brasileiras. Os CBAs exigiam, entre outras coisas, “o esclarecimento das mortes e desaparecimentos, a responsabilização dos agentes da repressão, a libertação dos presos e cassados, a rejeição à anistia recíproca e o fim da Lei de Segurança Nacional” (RODEGHERO, 2014, p. 179).

A 9 de setembro de 1978, foi realizado um grande encontro em Salvador dessas entidades, surgindo, então, o slogan que ficaria famoso: “Anistia ampla, geral e irrestrita”. A campanha teve tom generoso e esperançoso, ganhando espaço na imprensa e apoios de expressivos setores da sociedade.

Não obstante, existiam polêmicas e divergências dentro da campanha da Anistia, principalmente no que dizia respeito à sua abrangência. Se todos apoiavam a Anistia para os presos políticos e exilados, setores admitiam o perdão para os “dois lados”, entenda-se, uma Anistia recíproca, que englobasse também os responsáveis pela repressão (FICO, 2016, p. 97). Segmentos mais à esquerda repudiavam tal ideia, que acabou prevalecendo na proposta enviada ao Congresso Nacional, no fim de julho de 1979, já no governo do general-ditador João Figueiredo (1979-85). O processo paulatino de abertura da ditadura começara no governo anterior, do general-ditador Ernesto Geisel (1974-79), tendo como um dos articuladores o ministro Golbery do Couto e Silva. Estes generais apresentavam entre as maiores preocupações evitar “revanchismos” contra os militares, ou seja, se o poder fosse devolvido aos civis, não se deveria permitir a punição dos militares envolvidos nas violações de direitos humanos. Dentro desta estratégia, no fim da gestão de Geisel foi pensado o projeto de Anistia enviado ao Congresso no início do governo Figueiredo. Pela proposta, eram perdoados não somente os presos políticos, mas os militares e civis que haviam feito a repressão. Carlos Fico (2016) entende que a Anistia, realizada naqueles moldes, se tornaria a principal cláusula de transição para a democracia, um processo pactuado, de conciliação, entre militares, grupos economicamente dominantes e setores civis, em geral conservadores e liberais, de situação e oposição.

Dessa forma, a Lei nº 6683, a chamada Lei de Anistia, aprovada a 22 de agosto de 1979 por estreita margem de votos (206 votos a favor e 201 contrários), estabelecia o “esquecimento” para os crimes políticos e conexos. Esta expressão foi interpretada como uma referência aos casos de tortura e demais atos arbitrários praticados pelos agentes da ditadura, abrindo, pois, brecha para a impunibilidade dos militares, o que

de fato aconteceu, questão ainda hoje alvo de embates e controvérsias (TELES, 2011; FICO, 2010)⁶. O retorno para a democracia aconteceu sem que o Estado apurasse e reconhecesse seus crimes de tortura e assassinato por motivação política, sem punir os responsáveis e sem dizer qual o destino dos mortos/desaparecidos políticos e nem realizar indenização e reparação moral para as vítimas do arbítrio.

A questão da anistia recíproca gerou muita polêmica dentro do movimento da Anistia, sendo repudiada pelos CBAs (RODEGHERO, 2014, p. 180). Por não tolerar o perdão para seus adversários de esquerda, tidos como mais radicais, e desviar o foco da questão do perdão aos torturadores, o governo militar deixou de fora da Lei da Anistia os condenados por “terrorismo, assaltos, sequestros e atentados pessoais”. Entende-se, então, como tal aspecto repercutiu negativamente entre os militantes da esquerda armada encarcerados. Estes, então, passaram a se mobilizar intensamente, com várias greves de fomes e denúncias da ditadura Brasil afora, pedindo a inclusão de seus casos na Lei de Anistia.

Para garantir a transição conciliatória para um governo civil e democrático, e evitar a Anistia aos que tivessem cometido “crimes de sangue” e pegado em armas, o governo Geisel alterou, em 1978, a Lei de Segurança Nacional (LSN). Com a Lei 6620, de 13 de dezembro de 78, a ditadura reconheceu oficialmente a existência de presos políticos no País, separando os crimes “atentatórios à segurança nacional” (assaltos, sequestros, etc.) das ações praticadas por criminosos comuns (para negar a existência de presos políticos, a LSN de 1969 havia os equiparado) e extinguiu as penas de morte e de prisão perpétua e reduziu os crimes de “guerra revolucionária” (FARIA, 2005). Com isso, vários dos presos políticos puderam deixar os cárceres nos meses seguintes, visto que com a redução das penas, já haviam cumprido o tempo de prisão ou porque puderam requerer a liberdade condicional. Se a alteração da Lei de Segurança Nacional, abrindo as celas dos presídios para dezenas de presos políticos foi uma conquista, a exclusão posterior dos condenados pela prática de “terrorismo” da Lei da Anistia trouxe implicações negativas.

Enfatize-se que não foram anistiados. Isso tem toda uma série de consequências legais e práticas. Os militantes da esquerda armada com sentença transitada em julgado não saíram da prisão num único momento, como os anistiados, pois dependiam do tempo de prisão que ainda tinham a cumprir. Alguns deles só deixaram

⁶ Em 2010, o Supremo Tribunal Federal vetou a revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515> consultado a 12/01/2018.

os presídios depois da Lei da Anistia, de 1979, numa angústia e demora desesperadoras. Os que obtiveram a liberdade condicional tiveram que conviver por anos com uma série de limites, como o de se apresentar ao juízo periodicamente, não poder viajar sem comunicar à Justiça, etc. Os ativistas da guerrilha deixaram a prisão, porém, não eram mais réus primários, o que virou óbice na hora de obter um emprego, por exemplo, visto o preconceito que existe contra ex-presidiários.

Ser libertado por ter cumprido a pena, por indulto ou em liberdade condicional é muito diferente de ser anistiado. Em todos esses casos, o preso deixa a cadeia, entretanto, o anistiado é o único que sai com ficha limpa. A palavra anistia significa esquecimento, assim, é como se o anistiado nunca tivesse sido sentenciado num julgamento ou cumprido pena. Caso ele venha a ser processado por qualquer outro motivo, é considerado réu primário e tem direito a todos os benefícios que esse *status* lhe confere. Em todos os outros casos, se ele precisar de um nada consta – documento jurídico que informa a ausência de condenações, prisões e/ou passagens pela polícia –, não o obterá, pois há registro de sua passagem pelo sistema penitenciário (FARIA, 2005, p. 35).

No Ceará, o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) foi criado em março de 1976, o terceiro do Brasil, reunindo, igual seus congêneres, mulheres, sobremaneira mães, esposas, filhas, de presos e exilados políticos. Teve como presidenta entre 1976-79, Nildes Alencar, pedagoga com uma história de vida ligada à Igreja Católica. Era irmã do cearense Frei Fito, que cometera suicídio na França em 1974, em decorrência direta das sequelas psíquicas deixadas pelas torturas que sofreu no Brasil. Conforme Ana Rita Fonteles Duarte (2009), o MFPA-CE buscava discutir e realizar ações de intervenção e defesa dos encarcerados pela ditadura na intenção de libertá-los. Com o tempo, o Movimento começou a atrair outras mulheres engajadas na defesa da redemocratização do País. Do mesmo modo que entre os presos políticos do IPPS, havia influências do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) dentro do MFPA-CE, ainda que a liderança do grupo defendesse uma atuação “despolitizada e apartidária” (DUARTE, 2009). Entre as ações do MFPA para divulgar a situação dos presos políticos, tivemos manifestos à direção do IPPS e à Justiça Militar, ampliação das visitas aos ativistas encarcerados, panfletagens em vias públicas, vigílias em igrejas quando das greves de fome dos militantes, celebrações em datas comemorativas, etc. (DUARTE, 2009, p. 155). O aumento do número de visitantes ao IPPS, os eventos e a atenção dada aos presos políticos foram capitalizados como forma de romper o

isolamento que os ativistas da esquerda armada se encontravam desde o começo da década de 70.

O fato de o MPLA se encontrar engajado na luta da Anistia, promovendo várias ações, trouxe à baila entre os presos políticos um debate. As opiniões daquelas mulheres, várias delas sem nenhum vínculo familiar com os encarcerados, deveriam ser levadas em conta nas decisões do coletivo de presos políticos do IPPS? Houve restrições, do mesmo modo que aconteceram antes óbices por parte de alguns ativistas quanto ao papel das esposas, filhas, irmãs, etc. nas decisões internas dos militantes aprisionados. A argumentação era a mesma, de caráter político e ideológico, e, por que não, de certo machismo. Os ativistas, que se consideravam a vanguarda revolucionária, iriam permitir que um grupo alheio, de mulheres, lhe dissesse ou opinasse, pelo menos, no que fazer? Além disso, como havia ligações do MPLA com o PCdoB, ativistas, em especial os que haviam renunciado à luta armada ou se ligavam a outras organizações, realizaram restrições. Os debates entre os presos políticos foram intensos, mas, por fim, a maioria dos internos concordou, prevalecendo a nova orientação das esquerdas no Brasil, de franquear o diálogo com outros grupos sociais (mulheres, homossexuais, negros, indígenas, etc.) e buscar romper o isolamento em que haviam mergulhado desde a luta armada (ARAÚJO, 2007).

Em março de 1979 foi estabelecida a seção local do Comitê Brasileiro pela Anistia (SOUZA, 2012), contando com muitas das mulheres do MFPA. Com posições mais à esquerda, o CBA-CE somou forças com o Movimento Feminino e buscou igualmente mobilizar setores da sociedade em apoio à libertação dos presos políticos. Atos do CBA, como o ocorrido a 18 de abril de 1979 (considerado o Dia Nacional da Anistia), na Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, chegaram a ser reprimidos pela polícia (SOUZA, 2012, p. 64). O primeiro presidente do CBA-CE foi o professor Francisco Horácio Frota, havendo dentro da organização várias tendências políticas, como PCdoB, PCB, trotskistas, MDB e outros, o que provocou disputas por espaços e influências (SOUZA, 2012, p. 74).

De qualquer forma, evidencia-se um momento distinto para as esquerdas em relação ao período anterior, da guerrilha, como bem diz a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo (2007, p. 324). Enquanto o final da década de 1960 e começo da seguinte foram marcadas pela tática de enfrentamento armado, negação de aliança com outros setores da oposição e isolamento em relação à sociedade, a segunda metade dos anos 1970 pautou-se por uma conjuntura de resistência e de luta pelas liberdades

democráticas em aliança com outros segmentos sociais. Era, de certa forma, uma resposta das esquerdas brasileiras ao isolamento e derrota política e militar da experiência armada (ARAÚJO, 2007, p. 344).

Os embalos de sábado à tarde

Como afirma boa parte da historiografia, os agrupamentos armados que atuaram no Brasil apresentavam um projeto de conquista do poder institucional, com a derrubada da ordem social e implantação de um governo popular de inspiração socialista (AARÃO, 1990; ROLLEMBERG, 2003; FICO, 2004). No entender de Maria Paula Nascimento Araújo (2007, p. 328), existia entre a jovem geração de militantes da década de 1960, não só no Brasil, mas também na Europa e Estados Unidos, uma crítica e desconfiança em relação à democracia representativa, vista muitas vezes como sinônimo de acordos e negociatas ou uma farsa burguesa. Para muitos dos agrupamentos, democracia era sinônimo de democracia liberal burguesa, distante da democracia proletária, a qual almejavam e que só poderia ser alcançada pela revolução (ARAÚJO, 2007, p. 329).

No começo dos anos 1970, quando era por demais evidente a derrota do projeto guerrilheiro, alguns militantes e organizações iniciaram um processo de autocrítica. Houve, não obstante, de parte dos ativistas uma reação contrária ao debate, visto como “fraqueza, desbunde, derrotismo”. Romper com a luta armada seria se vender ao reformismo e conciliação pregada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização com a qual muitos daqueles militantes tinham rompido e faziam críticas por não ter endossado a estratégia armada. Seria trair a revolução e o socialismo e se reaproximar do PCB (ARAÚJO, 2007, p. 330). Uma crítica mais embasada à luta armada passou a ser feita, sobremaneira, pelos exilados brasileiros no Chile (até o golpe dado por Pinochet, em 1973) e na Europa, notadamente em Paris. Do exterior começaram a chegar textos com críticas à opção pelas armas, enfatizando a necessidade de se defender a luta democrática em acordos e frentes políticas com outros setores da sociedade (ARAÚJO, 2007). Entre 1974 e 1975 esses textos e/ou ideias passaram a circular no Brasil, não raro, num debate estimulado por vários órgãos do que foi chamado imprensa alternativa, causando grande impacto entre a militância. Tais jornais igualmente chegaram aos militantes que estavam encarcerados, trazidos por

familiares, advogados, ativistas da Anistia, isso no contexto de abrandamento da censura durante o governo Geisel.

Acreditamos que os impressos, importantes no contato com o “mundo de fora dos muros”, não serviram apenas para deleite ou passatempo dos presos, mas para a reflexão política acerca da guerrilha. As visitas, ao trazerem jornais e revistas, possibilitavam o contato dos militantes da luta armada encarcerados com as novas ideias que circulavam entre as esquerdas naquela segunda metade dos anos 70. Tais ideias levariam a acirrados debates internos, ensejando mudanças e novas perspectivas de projetos políticos.

(...) Tinha uma revista muito boa chamada *Visão*, essa revista foi extinta. Lembra dessa revista? Era uma revista nacional, muito boa. Essa [revista] *Visão* me influenciou muito. Ela trazia uns textos lá muito bons, que mostravam que dentro do próprio regime havia divergências e como o retorno da democracia faria bem para a sociedade. Mário Albuquerque, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)⁷.

Nas reconstruções de memórias das esquerdas, tendo um dos propulsores a campanha vitoriosa pela Anistia, no final da década de 1970, e a campanha das Diretas Já, no começo da década seguinte, houve um deslocamento do sentido do porquê da luta armada, o que implicou em mudar também as identidades dos militantes. Por um lado, segmentos que articularam a transição pactuada do fim da ditadura tiveram de encontrar uma forma palatável e romanceada de tratar as ações armadas das esquerdas, com militantes passando a serem visto como jovens ingênuos que abraçaram a opção pela guerrilha (FICO, 2012, p. 27) – essa memória pode ser muito bem vista em obras literárias do período, como *O que é isso, companheiro?* (GABEIRA, 1996) e *1968, o ano que não terminou* (VENTURA, 1988). Por outro lado, para amplos segmentos das esquerdas, como diz Daniel Aarão (2000), os agrupamentos guerrilheiros começaram a ser apresentados como integrantes da resistência democrática, apagando-se a perspectiva ofensiva, revolucionária, de tomada do poder institucional e o pouco apreço que tinham pela democracia dita liberal (RIDENTI, 2004).

Esse deslocamento de sentidos e identidades, contudo, não foi feito sem resistências dentro das prisões. Tal constatação fica clara quando se percebe a

⁷ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

intensidade dos debates travados entre os presos políticos do IPPS. Houve oposição, inicialmente, de ativistas em abraçar e defender a Anistia e a causa pela redemocratização do Brasil. Existiram dificuldades, por parte de alguns ativistas, de abandonarem a identidade de presos políticos, encarcerados por uma ditadura porque pegaram em armas em nome de um projeto revolucionário, para se verem e serem vistos como integrantes da resistência democrática, ainda que isso implicasse numa saída mais rápida da prisão. Aqui é preciso certa prudência para melhor entender o porquê da resistência, a fim de tentarmos evitar anacronismos ou julgamentos morais.

Não era apenas uma rejeição à “democracia burguesa”, mas questões identitárias, de princípios e de consciência bem pessoais. Aqueles ativistas, em nome de seu projeto revolucionário, pagaram um alto preço político e pessoal pela experiência armada. Não era confortável relevar o que passaram e os seus sonhos. Ora, aceitar o restabelecimento da democracia e manutenção da ordem social, quando havia se pegado em armas para derrubar o capitalismo? Aceitar que a “verdade” estivera com o PCB e seu “reformismo pacifista”, partido de vínculos com a burocratizada União Soviética? Aquilo tudo era muito doloroso, constrangedor. Os militantes da luta armada eram, em geral, jovens, e em nome de uma causa e com coragem, se lançaram na guerrilha. Os que não foram mortos pela repressão, acabaram derrotados, humilhados, barbaramente torturados e condenados à cadeia. Mesmo os que cumpriram penas curtas, tiveram suas trajetórias pessoais e familiares marcadas pelos cárceres – casamentos não resistiram, dificuldades financeiras, carreiras profissionais prejudicadas, filhos traumatizados. Outros cumpriram penas longas, perderam os “louros anos da juventude” atrás das grades. Então, aqueles debates sobre Anistia e democracia iam além de posturas radicais e sectárias ou de serem meras mudanças de opinião ou de revisão de posições. Houve um doloroso custo de vida empregado numa causa que não tivera êxito. Lutaram, sofreram tanto, para no fim se convencerem de que estavam errados e o melhor era deixar tudo para trás? Convenhamos, descartar trajetórias e experiências de vida assim não é algo tão fácil e simples. Descartar sonhos e ideais são angustiantes. Daí a resistência e oposição, a princípio e mesmo durante o apogeu da Campanha da Anistia, de muitos dos antigos militantes da esquerda armada.

Na época eu fui contra a Anistia. Eu achava que a luta devia continuar. A luta armada devia continuar, tudo devia continuar. Eu não participei da Campanha da Anistia. Inclusive, hoje, eu vejo como

um erro. Nem eu nem minha mulher participamos. Não, eu não participei, muita gente não participou. Muita gente tava desbundada, tinha desistido da luta. José Machado, ex-militante da Ação Revolucionária Nacional (ALN)⁸.

Tão delicadas essas questões que falar de Anistia e democracia em meados dos anos 1970 era um tabu entre os presos políticos. Soava como traição aos ideais, lutas e sacrifícios daqueles que estavam ali detidos por terem defendido a revolução armada. A repreensão e a censura por parte dos companheiros que persistiam acreditando na revolução contra os que aceitavam o debate sobre a redemocratização comumente aconteciam.

Quando eu já estava em Itamaracá [prisão política de Pernambuco], eu tinha feito um documento sobre redemocratização... Essa palavra, na época [1974/1975] já estava sendo jogada. Redemocratização. Eu fiz uns documentos para debate, a importância da redemocratização no Brasil. Isso era uma palavra feia, um palavrão para setores da esquerda. Muitos continuavam pregando a luta armada, a revolução.⁹

Não obstante, o ideário da Anistia e redemocratização acabou por prevalecer. Com as leituras dos jornais alternativos sobre as novas perspectivas das esquerdas, com os debates e reflexões feitos no próprio presídio, com certa pressão dos familiares (que queriam os seus fora dos cárceres) e das mulheres do MFPA (e depois dos militantes do CBA) e o envolvimento de vários setores da sociedade, afora o pragmático, mas compreensível, desejo de sair da prisão, os ativistas da esquerda armada foram mudando de posição. A unidade das esquerdas, ou de boa parte dela, pelo menos, fez-se igualmente dentro dos presídios.

Então nós começamos a unificar os companheiros, conseguimos unir todo mundo, por melhoria de vida e pela Anistia também. Unificamos, num processo interno. E aí foi muito bom. Foi uma explosão de abertura, de mudanças de paradigmas, de conquistas, de luta.¹⁰

No processo de engajamento pela Anistia e construção da memória de uma resistência democrática, alguns militantes se empolgaram, tocados pelo apoio e repercussão que a campanha pela redemocratização teve junto à sociedade. Em vez de serem vistos como “terroristas”, agora eram vistos como pessoas que corajosamente

⁸ Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

⁹ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

¹⁰ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

havia pegado em armas para lutar contra a opressão. Como lembra Carlos Fico (2012, p. 29), passou a haver uma paulatina heroificação dos que sofreram a repressão, especialmente dos que tinham participado da luta armada, com vários militantes assumindo a memória romantizada que então se construía sobre eles. Se haviam perdido a causa política luta armada, que, pelo menos, tivessem o reconhecimento da luta pela democracia. “Aqueles mais entusiastas achavam que iam sair de lá nos braços do povo, né? Os mais ilusórios... Até pouco tempo antes de sair da cadeia, eles pensavam que ia ser assim”, relatou Célio Miranda, ex-ativista do PCBR¹¹.

Com o coletivo se unindo e abraçando os ideários da Anistia e redemocratização, os presos políticos começaram igualmente a desenvolver outras práticas. A intenção dos ativistas era aproveitar as brechas possibilitadas pela abertura do governo Geisel para criar fatos que desgastassem a ditadura, que apressassem a redemocratização, que estimulassem a unidade das esquerdas com os demais setores da sociedade e rompessem o seu isolamento político e físico (estavam em um presídio afastado de Fortaleza, não custa lembrar). Houve um grande esforço por parte dos militantes de escapar ao isolamento em que estavam mergulhados desde o começo da década de 1970. As estratégias pelas quais visaram atingir tais objetivos foram variadas.

Nesse sentido, a aproximação com o MFPA foi marcante, dialogando e por vezes acatando as manifestações e ações das mulheres do movimento e de seus familiares. Confirma-se, assim, o pensamento de Maria Paula Araújo (2007), sobre como as esquerdas no final dos anos 1970 passaram a dialogar com grupos e movimentos os quais até então davam pouco espaço, como mulheres, negros, gays, indígenas.

Uma das iniciativas do MFPA foi intensificar as atividades das visitas ao IPPS e aumentar o número de visitantes nos sábados à tarde. A realização de jogos de futebol entre encarcerados e visitantes, a promoção de exposições de artesanato, de almoços e jantares, de colocar músicas, etc. transformaram as visitas no final dos anos 1970 num momento de conagração dos internos e o além muro, chamando a atenção da sociedade para a problemática dos presos políticos. Se para alguns dos ativistas presos aquilo era desnecessário, a ideia de buscar romper o isolamento teve sucesso, dentro do possível. O MPLA organizou caravanas de pessoas, muitas delas sem nenhum vínculo político ou de parentesco com os presos, para visitar o IPPS.

¹¹ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Miranda, a 8 de julho de 2016.

A produção artesanal cada vez mais foi utilizada como forma de vinculação das proposituras políticas dos internos – não mais em prol da revolução ou da luta armada, mas em defesa da Anistia. Não é à toa que a maioria absoluta das peças de artesanatos aos quais tivemos acesso na pesquisa de doutorado tem esse tema como foco, a ponto de os órgãos de repressão terem mandado secretamente um agente ao IPPS averiguar o que se passava no presídio, em 1978.

A troca de artesanato entre os presos de vários presídios do País – repassado às visitas e enviados pelos Correios – estabelecia e fortalecia os laços de sociabilidade entre os ativistas do País. Tais laços seriam de grande valia quando os encarcerados organizaram greves de fome nacionais, conforme veremos adiante. O artesanato também servia para prestigiar, homenagear e agradecer as pessoas que estavam se mobilizando pela Anistia, uma forma de dar também visibilidade e atrair novos apoios.

Os presos buscaram também espaços na imprensa, fosse a tradicional ou a alternativa. Mário Albuquerque, ex-integrante do PCBR, em cuja cela havia uma máquina de escrever na qual eram redigidos os manifestos dos presos, notabilizou-se por produzir artigos de opinião para jornais e revistas. Encontramos, por exemplo, no jornal alternativo carioca *Movimento*, edição 216, de agosto de 1979, carta de Mário Miranda de Albuquerque questionando sobre como a mudança da Lei de Segurança não beneficiou a todos os presos políticos do País¹². No jornal cearense alternativo *Mutirão*, de março de 1979, edição especial pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, encontramos carta dos presos políticos cearenses exaltando a criação da secção local do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)¹³.

Os presos também buscavam capitalizar com o apoio de entidades internacionais. Se antes se achavam a vanguarda e se isolaram politicamente, passaram a ver na solidariedade internacional uma forma de denunciar a ditadura. A Anistia Internacional, para denunciar a existência de presos políticos no Brasil, adotou a estratégia de que cada encarcerado fosse adotado por uma escola em países da Europa. Dali os estudantes enviavam, em tom de solidariedade e denúncia, centenas de cartas ao governo brasileiro, parlamentares, juristas, imprensa e aos próprios militantes. Como diz Renata Meirelles (2015), a medida da Anistia Internacional buscava transmitir a mensagem de que aqueles indivíduos não haviam sido esquecidos, de que alguém, em alguma parte do mundo, manifestava preocupação

¹² Situação Kafkiana. *Movimento*, Edição 216, agosto/1979.

¹³ *Mutirão* - edição especial “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, março/1979.

com a sua integridade. Pressionava-se para os que presos fossem libertados ou que recebessem melhor tratamento.

Mas a ação de maior repercussão dos presos em denunciar o regime e defender a Anistia e redemocratização do Brasil foi a greve de fome. Foram três as greves de fome realizadas no IPPS: uma em 1974, contra a punição de isolamento imposta ao militante do PCdoB, José Duarte; outra em 1978, nacional, em apoio aos presos políticos do presídio pernambucano de Itamaracá, onde o movimento se iniciara; e uma última em 1979. As greves tinham um sentido político, de criticar a ditadura, chamar a atenção da sociedade para os presos políticos e sua situação. Não foi à toa que um documento dos órgãos de segurança, acerca da greve de fome de 1974, pede que o assunto não seja vazado para a imprensa – e, pois não encontramos registro daquela greve nos jornais da época¹⁴.

A greve de fome de 1979 teve cobertura maior dos meios de comunicação, visto que a abertura ali caminhava a passos largos e sua organização e repercussão foram grandes. Foi a mais longa greve de fome – 32 dias –, com a adesão de presos políticos de todo o País e sua intenção era protestar contra o projeto de Lei de Anistia enviado pelo governo ao Congresso Nacional e pelo qual se excluía os militantes de luta armada condenados em juízo dos benefícios legais, como visto. A greve de fome começou com os presos políticos do Rio de Janeiro, a 22 de junho, se difundindo por vários presídios do País nos dias seguintes, como Recife, Natal, São Paulo, Salvador e recebendo apoio de manifestações no exterior (TELES, 2011).

Os presos políticos do IPPS aderiram à greve no dia 6 de agosto de 1979, conforme matéria de *O Povo* da data seguinte¹⁵. A greve foi realizada pelos últimos presos políticos presentes no presídio: Fabiani Cunha, José Sales de Oliveira, William Montenegro e Mário Albuquerque. O quinto preso, Waldemar Meneses, por ter se submetido a uma cirurgia no período e se encontrar no hospital militar, não teve como aderir ao movimento, com o que concordaram seus companheiros, conforme relatou Mário Albuquerque¹⁶. A greve de fome poderia, segundo a advogada dos militantes citada na matéria, Wanda Sidou, trazer-lhes prejuízos jurídicos, visto que estavam pleiteando liberdade condicional e a Justiça Militar tendia a considerar como indisciplina a não ingestão de alimentos. No total, os presos cearenses ficaram 16 dias em greve de fome.

¹⁴ Relatório do Serviço Nacional de Informações, datado de 31 de maio de 1974. Acervo da Associação 64-68.

¹⁵ Presos políticos do IPPS iniciam greve de fome. *O Povo*, 07/08/1979.

¹⁶ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

O jornal *O Povo* trouxe ainda na matéria de 7 de agosto a íntegra um pequeno manifesto dos presos políticos do IPPS sobre o porquê da adesão à greve de fome nacional. No texto, fica evidente a reconstrução da memória por parte dos ativistas, de que sua luta fora pela derrubada da ditadura visando restaurar a democracia:

A partir das 12 horas de [06/08/1979] passaremos a alimentar-nos exclusivamente de água, açúcar e sal. Há mais de uma década **nos levantamos em armas contra um regime que destruiu pela força bruta todas as conquistas democráticas do povo brasileiro** e implantou uma ditadura ferrenha e terrorista. Hoje, a nação, exausta do arbítrio, busca reencontrar-se consigo própria, através **do estabelecimento de uma ordem democrática asseguroadora das mais amplas e efetivas liberdades**. A Anistia Geral e irrestrita é o caminho básico para isso. O governo Figueiredo, filho legítimo do arbítrio, que ainda se interpõe na caminhada democrática do país, acena com um projeto de anistia que ofende os sentimentos de toda a nação (...)¹⁷. [negritos nossos]

Durante o oitavo dia da greve de fome, a 14 de agosto, o deputado federal Roberto Freire, do MDB-PE, visitou o IPPS, para prestar solidariedade aos militantes e criticar mais uma vez o projeto de Anistia do governo¹⁸. Ao lado de Freire, os deputados estaduais cearenses Paes de Andrade e Iranildo Pereira, que informou à imprensa que os presos estavam bem fisicamente. Ante a repercussão da greve e consequente desgaste para a ditadura, a 10ª Circunscrição Militar proibiu qualquer contato de “estranhos” com os presos políticos, o que só faziam aumentar os temores de familiares e demais apoiadores da causa¹⁹. Com a aprovação do projeto da Anistia do governo, a greve nacional de fome dos presos políticos foi encerrada no Ceará e em outros estados, a 22 de agosto de 1979²⁰. Conforme matéria da Folha de São Paulo²¹, o único preso cearense beneficiado pela Lei da Anistia aprovada foi Mário Albuquerque – os demais deixariam a prisão sem serem anistiados, em livramento condicional, em virtude da alteração da LSN, conforme os prazos, decisões e recursos da Justiça Militar.

Conclusão

¹⁷ Presos políticos do IPPS iniciam greve de fome. *O Povo* de 4 de agosto de 1979.

¹⁸ Roberto Freire garante que a Anistia será ampla. *Tribuna da Imprensa*, 15/08/1979.

¹⁹ No Ceará, visitas proibidas. *Folha de São Paulo*, 08/08/1979.

²⁰ Presos políticos encerram greve de fome. *O Povo*, 23/08/1979.

²¹ No Ceará e Recife também chega ao fim o movimento. *Folha de São Paulo*, 24/08/1979.

O presídio cearense Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), de forma parecida com outros do Brasil, foi usado como prisão política durante a ditadura civil-militar (1964-85). Ali, os militantes de esquerda tiveram várias vivências, mudando suas identidades e projetos políticos. De impacto para os ativistas foram a campanha da Anistia, na segunda metade da década de 1970, e a aprovação da Lei da Anistia, em 1979. Se a primeira foi uma mobilização solidária e de esperança, destacando-se, sobretudo, as mulheres, esposas e irmãs dos presos políticos, organizadas em entidades como o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o projeto da Lei da Anistia, proposto pelo governo, foi alvo de críticas.

O governo militar anistiou os agentes responsáveis pela repressão durante a ditadura e deixou de fora os militantes de esquerda armados tidos como “terroristas” já condenados em juízo. No máximo, foram beneficiados com alterações da Lei de Segurança Nacional, em 1978, mas não seriam, em rigor, anistiados, o que teria sérias consequências legais e cotidianas. Não foi à toa a mobilização dos ativistas encarcerados para serem incluídos na Lei de Anistia, realizando várias greves de fome pelo País.

Na segunda metade dos anos 1970, as esquerdas passam a valorizar a democracia, num sentido mais amplo, como prática política. Na década anterior, os agrupamentos revolucionários tinham pouco apreço pela democracia, vista como burguesa ou manchada por conchavos políticos. Sua luta era ofensiva para tomada do poder e criação de um governo com outro sentido de democracia, popular ou socialista, diferente, portanto, do que passou a existir após o fim da ditadura. A defesa da redemocratização do País, então, provocou vários debates dentro das prisões, acabando por prevalecer entre os ativistas. Fundamentou-se, assim, uma reconstrução de identidade e de memória entre as esquerdas, de que a luta armada dos anos 1960 e começo da década seguinte fazia parte da resistência democrática contra o arbítrio e a violência da ditadura.

Referências bibliográficas

- AARÃO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge. AARÃO, Daniel (Orgs.). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. 2009, 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a Ditadura Militar*. 2005, 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005, p. 31.

FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. “A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘*perdão aos torturadores*’”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, pp.318-333, jul./dez. 2010.

_____. Brasil: a transição inconclusa. In: _____; ARAÚJO, Maria Celina; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. *História Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016.

GABEIRA, Fernando. *O Que É Isso, Companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARIZ, Silviana Fernandes. *Oficina de Satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)*. 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MEIRELLES, Renata. *Contra a Tortura: a Anistia Internacional durante a Ditadura Militar no Brasil*. XVIII *Simpósio Nacional de História* – anais eletrônicos. Florianópolis, 2015.

Disponível

em

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426185442_ARQUIVO_anpuh_Renata_meirelles.pdf Acesso a 14/01/2018.

NERES, Gabriela. *IPPS: memórias encarceradas*. 2015, 184f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, Papito (org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: AARÃO, Daniel. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014,

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003.

SIDOU, Ari Othon. *Wanda Sidou, guerreira da liberdade*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-85. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, V 4, p. 247.

SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. 2012, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

TELES, Janáina de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

VENTURA, Zuenir. *1968 - O Ano Que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Recebido em: 30 de setembro de 2020

Aprovado em: 17 de novembro de 2020